DECISÃO SINGULAR DSG - G.WNB - 5334/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/7735/2018
PROTOCOLO	: 1915710
ÓRGÃO	: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAARAPÓ-MS
JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A)	: AIRTON CARLOS LARSEN
TIPO DE PROCESSO	: BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
RELATOR	: Cons. WALDIR NEVES BARBOSA

CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CAARAPÓ. PROVENTOS PROPORCIONAIS. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS. REGISTRO.

Vistos, etc.

Em exame o ato de **Aposentadoria por Invalidez**, concedido pelo **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caarapó** ao servidor **João Aparecido Barusso**, inscrito no **CPF sob o n.º 236.206.179-53**, titular efetivo do cargo de **Ajudante Geral**.

No transcorrer da instrução processual, após proceder à verificação dos documentos que compõem o feito, a Equipe Técnica mediante a Análise **"ANA - DFAPP - 2019/2021"** (fls. 110/111), e o i. Representante do Ministério Público de Contas pelo Parecer **"PAR - 4ª PRC – 4022/2021"** (fl. 112), manifestaram-se pelo **Registro** do ato em apreço, na medida em que foram cumpridas todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

É o relatório.

Preliminarmente, forte no art. 4º, III, "a", c/c arts. 10 e 11, I, da Resolução n.º 98/2018, em razão da matéria, a competência para o julgamento do feito em comento é do Juízo Singular.

Ressalta-se que foram observadas as disposições regimentais, razão

pela qual se passa à análise do mérito, que recai sobre o exame e o julgamento da matéria relativa ao Ato de Pessoal, conforme consta do art. 21, III c/c 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012.

Constata-se que o benefício previdenciário, fixado na sua proporcionalidade, conforme verificado na Apostila de Proventos (fl. 47), observou a legislação aplicável à matéria, estando amparado nos termos do art. 40 da Constituição Federal, com redação conferida pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, alinhado com o art. 33 da Lei Complementar Municipal n.º 050/2011.

Ante o exposto, acolhendo o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I - PELO REGISTRO da **Aposentadoria por Invalidez**, concedida pelo **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Caarapó** ao servidor **João Aparecido Barusso**, inscrito no **CPF sob o n.º 236.206.179-53**, titular efetivo do cargo de **Ajudante Geral**, conforme Portaria n.º 011/2018-PrevCaarapó, publicada no Jornal O Progresso, em 12/06/2018, com fundamento nas regras dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar n.º 160/2012;

II - PELA REMESSA dos autos ao Cartório para **INTIMAÇÃO** do resultado deste julgamento aos interessados, observado o que dispõe o art. 50 da Lei Complementar n.º 160/2012, e encaminhamentos de que trata o art. 187, § 2º e § 3º, II, “a”, do RITC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 27 de maio de 2021.

R.F

WALDIR NEVES BARBOSA
GAB. CONS. WALDIR NEVES BARBOSA